

**Estudo etnoecológico sobre a percepção de riscos ambientais de comunidades
ribeirinhas da Baía de Todos os Santos¹**

Fábio Pedro Bandeira

Núcleo de Pesquisa em Ambiente, Sociedade e Sustentabilidade/DCBIO-UEFS

fpbandeira@gmail.com

Jocimara Lobão

Núcleo de Pesquisa em Ambiente, Sociedade e Sustentabilidade/DCHF-UEFS

Bruna Jacintho de Sousa

Bióloga Consultora – Participar

btjacintho@gmail.com

Dary Rigueira

Biólogo

daryrigueira@yahoo.com.br

Isabel Modercin

Bióloga

imodercin@gmail.com

Juliana Piovesan

Bióloga

julipio@yahoo.com.br

Livia Moura da Silva

Geógrafa

lmouras@yahoo.com.br

Priscilla Malafaia

Bióloga

piu_malafaia@yahoo.com.br

Claudio Baqueiro

Biólogo

baqueiro.claudio@gmail.com

Camilo Nascimento

Técnico do Laboratório de Geoprocessamento/DCHF-UEFS

eousoudecristo@gmail.com

¹ Estudo apoiado pelo Instituto do Meio Ambiente (atual INEMA), Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Governo do Estado da Bahia.

Percepção de riscos ambientais

A Baía de Todos os Santos é a maior da costa brasileira, pois apresenta uma superfície aproximada de 1.000 km² e uma orla de quase 200 km. Até a primeira metade do Século XX, seu entorno terrestre, com cerca de 1.400 km² segundo a definição oficial na época – foi o cenário de um complexo sócio-econômico centrado na produção e exportação do açúcar e do fumo, incluindo várias outras atividades, distribuídas entre diferentes segmentos de uma região que alcançou mais de 16.000 km², se considerado também o Baixo Sul, que veio a incorporar-se à economia do Recôncavo como área produtora, sobretudo de alimentos (SANTOS apud BRANDÃO, 2007).

A Baía de Todos os Santos, diferentemente do que se alardeia por aí, ainda é um corpo d'água que reúne os maiores atributos ambientais ainda preservados do litoral brasileiro onde se implantaram aglomerados urbanos. Seja pela sua história, que deixou marcas profundas na cultura brasileira e em particular na baiana, seja pela exuberância de paisagem em seus recantos ou pelo potencial pesqueiro que existe em suas porções estuarinas. A Baía, longe de ser uma área profundamente degradada, ainda é um depositário de recursos para o desenvolvimento dessa parte especial da Região Metropolitana de Salvador. Obviamente que existem focos pontuais de risco ambiental, como na sua parte norte e nordeste, onde se encontram o complexo petrolífero e o complexo industrial do CIA e também nas franjas que tangenciam as cidades e vilarejos. ...A Baía pode ser entendida como um grande complexo estuarino que recebe contribuições significativas de rios do porte do Paraguaçu, Subaé, Jaguaripe, e da Dona. Isso, sem se falar dos inúmeros tributários de menor porte que deságuam no seu interior. (Brito, 2001, p. 98).

Pode-se afirmar que a Baía de Todos os Santos é uma região geográfica de grande importância histórica, ambiental e sociocultural para o Brasil. Ela apresenta alta diversidade biológica associada aos remanescentes de Mata Atlântica, manguezais, restingas e áreas úmidas que são à base da subsistência de centenas de comunidades ribeirinhas que nela habitam. Esta também é uma região que vem sofrendo mudanças socioambientais significativas, sobretudo a partir dos processos de urbanização e industrialização que tem se intensificado desde os nos sessenta (BANDEIRA et al., 2009).

Esses processos têm trazido mudanças ambientais e sociais, particularmente para as comunidades tradicionais de pescadores e marisqueiras que dependem diretamente dos recursos naturais dos ecossistemas presentes, com repercussões, sobretudo, para a segurança alimentar e a qualidade de vida dessas comunidades. Exemplo disso foram os impactos resultantes do fenômeno da maré vermelha, que atingiram centenas de famílias na BTS em março de 2007. Esse evento aumentou, provavelmente, a percepção dessas comunidades sobre a gravidade e frequência dos riscos ambientais aos quais estão

submetidas, gerando um nível de insegurança sobre o futuro e sobre a capacidade delas mesmas, do Estado e da sociedade resolverem as conseqüências advindas dos possíveis impactos que esses riscos venham a produzir.

Essas comunidades de pescadores e marisqueiras, que tem interagido com os ecossistemas e a biodiversidade da BTS por gerações sucessivas e que por isso desenvolveram conhecimentos, técnicas de manejo, valores e crenças sobre esses recursos e a dinâmica do ambiente, precisam ser ouvidas pelos órgãos ambientais e deveriam participar efetivamente dos processos de avaliação e monitoramento dos riscos e impactos ambientais na região. Seu “olhar” e sua “leitura”, enfim sua percepção sobre essas questões são altamente relevantes na medida em que: (1) podem contribuir com o sistema de vigilância ambiental estatal e municipal; (2) podem ajudar a reduzir as expectativas e a insegurança, dessas mesmas populações, sobre os riscos ambientais potenciais; (3) podem mobilizar as populações e comunidades em torno da solução conjunta Estado-Sociedade-Empresas de problemas ambientais que os afligem.

As pesquisas sobre riscos e vulnerabilidades ambientais na BTS têm focado prioritariamente abordagens probabilísticas ou objetivas, destacando-se o estudos realizado por Peixoto (2008) e a pesquisa desenvolvida por Copque (2010) sobre conflitos ambientais e uso do território na costa leste do município de Salinas das Margaridas. No entanto, há um vazio considerável de estudos com abordagens que tratem dos riscos percebidos pelas comunidades e povos tradicionais que vivem no entorno da BTS, que dependem de seus ecossistemas e recursos naturais para se reproduzir socio-culturalmente, ou estudos com abordagens que considerem a multidimensionalidade da percepção do risco, como os trabalhos mais contemporâneos que buscam a integração na análise dos riscos dos fatores físicos e sociais, fatores individuais e coletivos além de fatores pessoais (MARANDOLA Jr; HOGAN, 2004).

Visando preencher esta lacuna no campo dos estudos sobre riscos na BTS, esta pesquisa teve como objetivo analisar a percepção das comunidades ribeirinhas sobre os riscos e impactos ambientais na região, de modo a subsidiar novos parâmetros para o licenciamento ambiental de projetos na BTS bem como a inclusão dessas comunidades e seus conhecimentos do ambiente, em particular de seus especialistas tradicionais, nos processos de monitoramento ambiental.

Percepção de Riscos ambientais

A noção de risco encontra-se aparentemente bem difundida em nossa sociedade atual, tornando-se o centro das discussões nos setores empresariais, centros acadêmicos, sociedade civil em geral e instâncias governamentais (CASTRO et al., 2005). Isso se deve talvez à freqüente sensação de incerteza e insegurança (MARANDOLA Jr.; HOGAN, 2004).

Mesmo sendo difundida, a noção de risco é entendida e usada de diferentes formas pelo cidadão comum e pela comunidade científica, causando assim confusões e equívocos (CASTRO et al., 2005). Nesse estudo, se assume e se entende o risco como a possibilidade de uma situação de perigo se transformar em um desastre; considerando o perigo como um substantivo - a ameaça em si, o risco como a possibilidade - uma situação ou condição e o desastre como o risco consumado, gerador de impactos (MARANDOLA Jr.; HOGAN, 2004; CASTRO et al., 2005; MATTEDI; BUTZKE, 2001; DELICADO; GONÇALVES, 2007; NAVARRO; CARDOSO, 2005).

Os estudos acerca do risco e da percepção do risco têm sido desenvolvidos nas mais diversas áreas do conhecimento, das ciências ambientais às sociais, passando pelas ciências da saúde e a área financeira. Nesta multiplicidade de estudos, identificam-se algumas categorias diferentes de risco, ou seja, dependendo da abordagem define-se o enfoque do risco: risco ambiental, risco financeiro, risco sanitário, risco tecnológico, risco nuclear dentre outros (MARANDOLA Jr.; HOGAN, 2004; CASTRO et al., 2005; MATTEDI; BUTZKE, 2001; ADEOLA, 2007; SJÖBERG, 1998; SLOVIC, 1987).

Os estudos pioneiros sobre o tema foram realizados principalmente por geógrafos e engenheiros, apresentando uma abordagem marcada fortemente pela leitura objetivista, encarando o risco num sentido probabilístico. Até hoje, as abordagens objetivistas destes estudos trazem consigo métodos e técnicas de pesquisa, como a quantificação, que tendem a reduzir os fenômenos a um pequeno contexto de causação (MARANDOLA Jr.; HOGAN, 2004; CASTRO et al., 2005; MATTEDI; BUTZKE, 2001).

Estes primeiros trabalhos objetivistas abriram caminho para novos estudos com uma abordagem mais subjetivista, a partir do olhar das ciências sociais. Nesta abordagem, a percepção do risco leva em consideração aspectos culturais e socioconstrucionistas (MARANDOLA Jr.; HOGAN, 2004). Desse modo, a partir das décadas de sessenta e setenta, os trabalhos e pesquisas sobre o risco foram ampliados através da perspectiva da antropologia e da sociologia. Este novo olhar é orientado por

uma abordagem subjetivista, entendendo que o risco só pode existir a partir das relações sociais. Porém algumas abordagens subjetivistas enfrentam problemas referentes à dificuldade de trabalhar com sistemas complexos e dinâmicos, além da incerteza proveniente do relativismo e dos dados qualitativos (MARANDOLA Jr.; HOGAN, 2004).

A percepção de risco pode ser entendida como uma abordagem do risco através do “filtro” sociedade. Sendo um julgamento das pessoas, na escala individual ou coletiva, quando indagadas a avaliar e caracterizar alguma atividade perigosa e situação de risco (MARANDOLA Jr.; HOGAN, 2004; ADEOLA, 2007; SJÖBERG, 1998; SLOVIC, 1987; NAVARRO; CARDOSO, 2005).

Os estudos de percepção de risco foram desenvolvidos inicialmente para compor os estudos de avaliação e gestão do risco, na tentativa de enriquecer este modelo teórico utilizado por geógrafos, engenheiros e profissionais da área da saúde. Acreditava-se que estes estudos de identificação, avaliação e gestão do risco poderiam, de alguma forma, diminuir as incertezas com as quais convivemos diariamente (MARANDOLA Jr.; HOGAN, 2004).

Dentro da abordagem subjetivista, se desenvolveram inicialmente duas linhas de pesquisas: a psicométrica, enfocando principalmente os fatores cognitivos, a escala individual e as diferenças de percepções em um grupo social, através principalmente dos estudos de B. Fischhoff e P. Slovic; e a cultural, abordando ao invés do contexto individual o contexto sociocultural, entendendo o papel da cultura na delimitação e percepção do risco, através principalmente dos estudos de M. Douglas e A. Wildavsky (ADEOLA, 2007; SJÖBERG, 1998; SLOVIC, 1987). No entanto, a tendência atual nos estudos de risco leva em consideração a necessidade de se incorporar tanto os aspectos físicos como os sociais, buscando abordagens mais conjuntivas, menos parcelares e mais complexas. Entende-se que o diálogo entre as diferentes perspectivas e abordagens é fundamental para compor um quadro analítico mais rico e mais próximo da realidade, entendendo assim sua multidimensionalidade (MARANDOLA Jr. & HOGAN, 2004).

Metodologia

A metodologia do trabalho foi baseada na realização de estudos avaliativos rápidos, através de entrevistas semi-estruturadas que incluíram as comunidades ribeirinhas envolvidas nos processos locais de mudança ambiental, resultantes do desenvolvimento urbano-industrial na região. Buscou-se obter elementos de

compreensão dos aspectos etnoecológicos e sócio-antropológicos que permitissem identificar os especialistas locais, seus saberes e práticas de manejo bem como sua percepção sobre os riscos ambientais. No total foram entrevistadas 160 pessoas, sendo 98 homens e 62 mulheres, com idades entre 18 e 90 anos.

O estudo foi dividido em quatro etapas descritas a seguir:

ETAPA 1. A primeira etapa do estudo incluiu: revisão de literatura; definição do desenho de amostragem (número e quais comunidades seriam estudadas) e elaboração do instrumento de coleta de dados bem como sua validação em uma etapa piloto; levantamento de dados secundários e modelagem conceitual/lógica da base de dados (BD) assim como estruturação da arquitetura do Sistema de Informações Geográficas (SIG) da área de estudo.

Nessa etapa, foram produzidos dois relatórios parciais, tendo sido realizado um estudo piloto em sete comunidades para validação dos instrumentos de pesquisa (entrevistas). Foram selecionadas 14 comunidades (Figura 1), pertencentes a 13 municípios da BTS, que foram referendadas em reunião conjunta com os supervisores do projeto, técnicos do Instituto do Meio Ambiente (atual INEMA). Antes do início da pesquisa o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da UEFS.

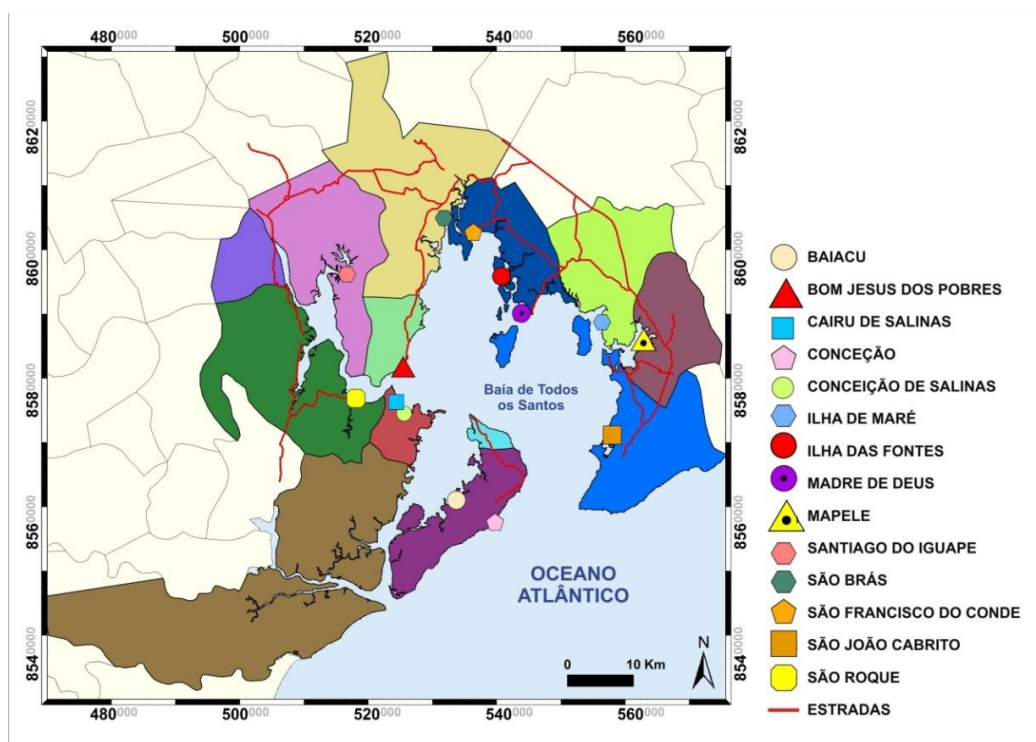


Figura 1: Localização das comunidades selecionadas para o estudo etnoecológico na Baía de Todos os Santos – BTS.

ETAPA 2. A segunda etapa consistiu do estudo de campo, que teve 03 meses de duração, objetivando-se: caracterizar as populações bem como conhecer e identificar as opiniões e percepções com relação aos riscos e impactos ambientais das atividades urbano-industriais na BTS.

A avaliação da percepção das comunidades foi realizada com base em metodologia qualitativa de profundidade, não se objetivando obter representatividade estatística para os achados, mas sim conhecimento aprofundado das várias opiniões existentes sobre os riscos e principais impactos ambientais na BTS e seus efeitos sobre as múltiplas realidades locais. Para tal fim, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com informantes-chaves, selecionados entre os diversos sujeitos sociais envolvidos e reuniões em grupos focais, com especialistas tradicionais das comunidades e lideranças de pescadores. Estas entrevistas foram baseadas em roteiros previamente elaborados e validados, tanto no que se refere a uma avaliação retrospectiva quanto à visualização prospectiva dos riscos ambientais na BTS.

No total foram entrevistadas 160 pessoas, sendo 98 homens e 62 mulheres, com idades entre 18 e 90. Antes de dar início à entrevista o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido era lido, e a pesquisa era iniciada somente após concordância do sujeito em participar do estudo. Para cada comunidade, o número de entrevistas, ou tamanho amostral, foi definido a partir do método de saturação de respostas (WELLER; ROMNEY, 1988).

ETAPA 3. A terceira etapa consistiu na sistematização (transcrição entrevistas, tabulação dos resultados, produção de gráficos) e análise dos dados através da análise de discurso (BARDIN, 1997) bem como sua inclusão na base de dados (BD).

Para realizar a análise do padrão geral de percepção de riscos ambientais pelas comunidades ribeirinhas da BTS selecionadas para esse estudo, as categorias citadas por todos os entrevistados (75) foram reduzidas a um número menor (36), por meio da fusão de algumas categorias específicas, mas que expressavam a mesma idéia, ou seja, pertenciam ao mesmo domínio semântico. Por exemplo, a categoria Maré vermelha, foi citada por indivíduos dentro de uma mesma comunidade ou de comunidades diferentes como: *maré vermelha; mar vermelho/morte de peixes; mar vermelho/banho de mar/doença; mar vermelho/dificuldade de vender*). Outras categorias, embora semelhantes, apresentaram relações internas diferenciadas entre seus elementos constitutivos, determinadas pela seqüência na qual as idéias foram apresentadas pelo

entrevistado, por isso, não foram fundidas, por exemplo: as categorias turismo/violência, violência urbana/drogas.

ETAPA 4. A última e quarta etapa foi a finalização da BD.

Resultados e discussão

Ameaças e Riscos percebidos pelas comunidades ribeirinhas da BTS

Os 160 entrevistados das 14 comunidades estudadas citaram 36 categorias de risco ambiental na Baía de Todos os Santos, a saber: (1) Turismo/Violência, (2) Violência urbana/Drogas, (3) Estrutura da Petrobrás em Área de Pesca, (4) Estrutura da Petrobrás/Tubulação de Gás, (5) Estrutura Petrobrás/Diminuição do Pescado, (6) Empreendimento/Exclusão de Área de Pesca, (7) Exclusão de Área de Pesca/ Fábrica, (8) Ampliação do Porto Aratu/Desapropriação, (9) Tanque Rede Beijupirá/Perda de Áreas de Pesca, (10) Maré vermelha, (11) Ar quente, (12) Barragem Pedra do Cavalo, (13) Diminuição do pescado, (14) Contaminação do Pescado, (15) Pesca de Juvenis, (16) Rede de Arrasto/Malha Miúda, (17) Bomba/Bombista, (18) Pescaria em Época de Defeso, (19) Mergulho de Compressor, (20) Uso da Quiboa/Morte dos Recursos Pesqueiros, (21) Gaiola, (22) Pescar Siri Mumuca, (23) Corte das Raízes do Manguezal, (24) Poluição do Mar, (25) Poluição do Ar, (26) Poluição do Rio, (27) Lixo, (28) Maricultura, (29) Problema de saúde, (30) Tempestade de inverno, (31) Falta de educação formal, (32) Desmatamento, (33) Apropriação ilegal de terras, (34) Construção de diques, (35) Fábrica/ iluminação noturna, (36) falta de fiscalização.

Os riscos com maior frequência de citação (homens+mulheres), em ordem decrescente, foram: Diminuição do pescado (87,5%), Poluição do mar (57,5%), Bomba/Bombista (51,25%), Maré vermelha (43,13%), Poluição do ar (36,25%), Estrutura da Petrobrás em área de pesca (28,75%), Estrutura da Petrobrás/Tubulação de gás (25,63) (figura 2).

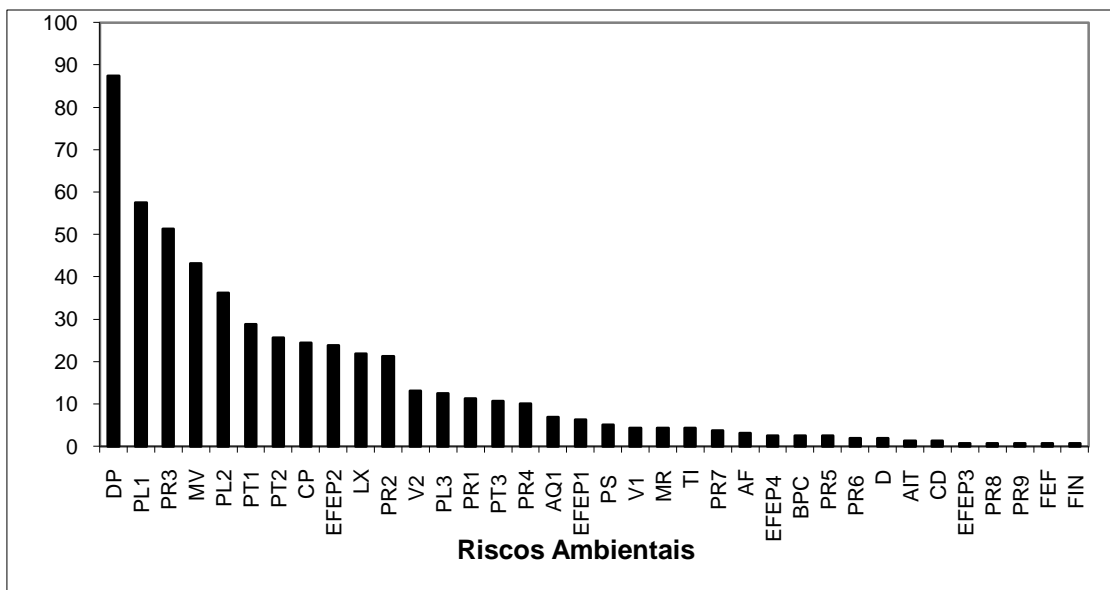


Figura 2: Percentual de entrevistados (homens e mulheres) que citaram os riscos ambientais da BTS.

Os homens citaram 32 (figura 3) enquanto as mulheres citaram 31 (figura 4) categorias de risco do total de 36 riscos catalogados nesse estudo, a partir das entrevistas realizadas.

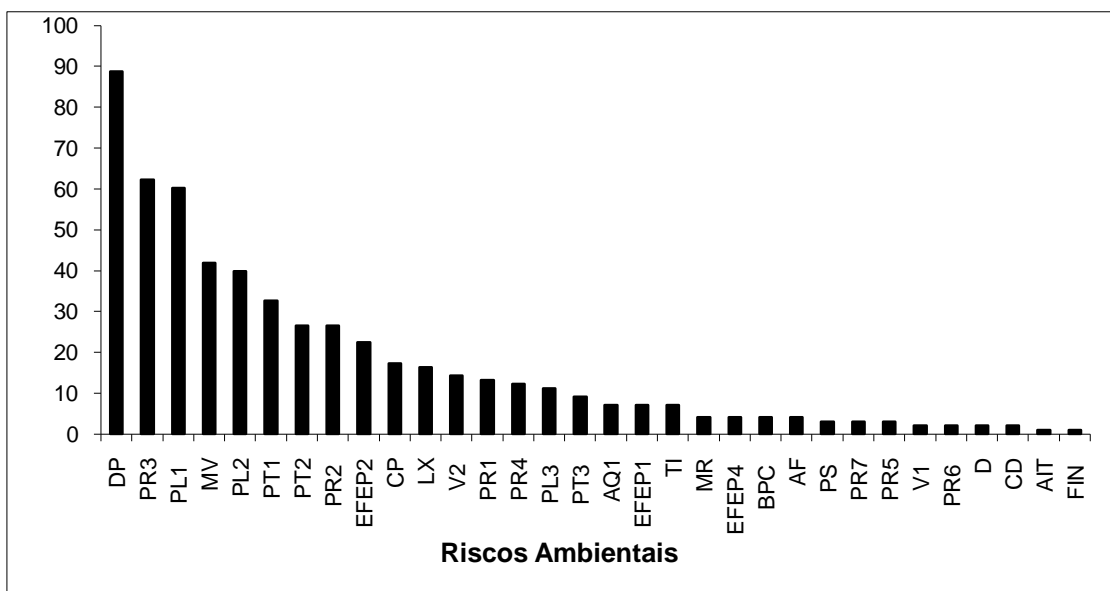


Figura 3: Percentual de entrevistados (homens) que citaram os riscos ambientais da BTS.

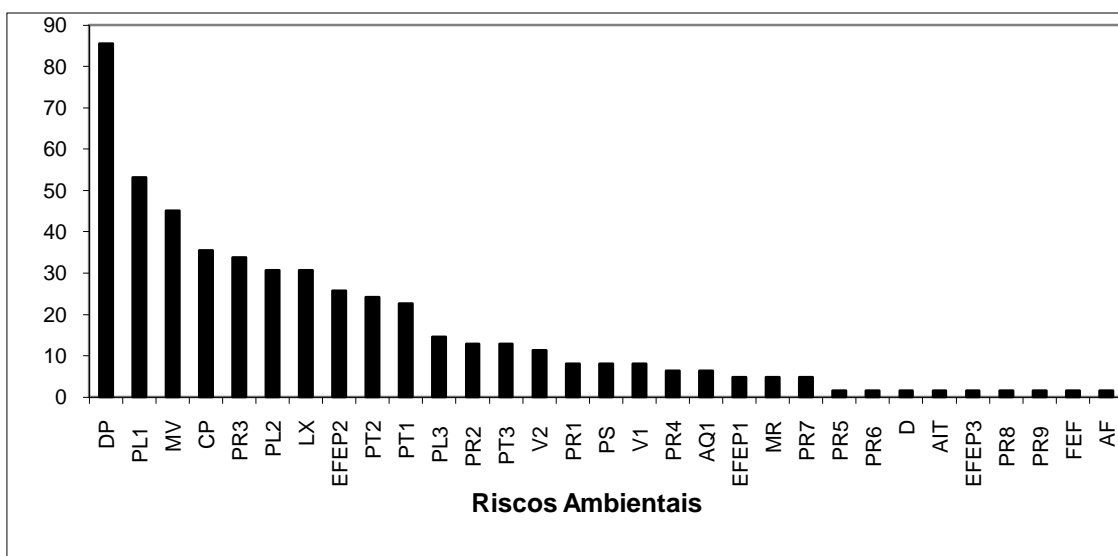


Figura 4: Percentual de entrevistados (mulheres) que citaram os riscos ambientais da BTS.

A análise dos resultados para os diferentes gêneros demonstra que tanto homens quanto mulheres consideram a diminuição do pescando como o principal risco ambiental na BTS (88,78%, para homens; 85,48%, para mulheres). A poluição do mar também foi um risco citado por 60,20% dos homens entrevistados e 53,23% das mulheres. Contudo, para os homens a pesca com bomba é um dos riscos mais relevantes para os entrevistados enquanto para as mulheres embora seja um risco importante, foi citado por 33,87% das entrevistadas. A maré vermelha representa um risco relativamente alto tanto para homens (41,84%) quanto para mulheres (45,16%). Além disso, tanto homens (39,80%) quanto mulheres (30,65%) consideram a poluição do ar um risco importante na BTS.

Por outro lado, apenas as mulheres (35,48%) assinalaram a contaminação do pescando como um dos riscos mais relevantes na BTS, os homens citaram menos esse risco (17,35%). O mesmo foi constatado para o lixo, um dos riscos mais citados pelas mulheres (30,65%) em relação aos homens entrevistados (16,32%). Isso pode ser explicado porque as mulheres preocupam-se, de maneira geral, mais com a saúde da família, sobretudo dos filhos, do que os homens. A exclusão de áreas de pesca por fábricas foi uma categoria de risco importante, citada de maneira similar por homens (22,45%) e mulheres (25,81%).

Os homens entrevistados consideraram como riscos relevantes a Estrutura da Petrobrás em área de pesca (32,65%) e Estrutura da Petrobrás/Tubulação de gás (26,53%). Enquanto as mulheres embora também tenham considerado esses riscos

como relevantes, os citaram menos do que os homens (24,19% e 22,58%, respectivamente), reflexo das diferenças dos ambientes onde pescadores e marisqueiras desenvolvem suas atividades de pesca.

Os resultados gerais descritos aqui revelam uma tendência na percepção de riscos ambientais por homens e mulheres, fortemente ligada aos seguintes fatores: (1) riscos associados à incerteza futura na capacidade do ambiente de prover os recursos pesqueiros para as gerações futuras de pescadores e marisqueiras devido à poluição, exclusão de áreas de pesca por indústrias e à infra-estrutura de exploração de petróleo instalada na BTS; (2) riscos associados ao comprometimento da saúde humana e, indiretamente, da renda familiar, que implicariam na redução da capacidade de trabalho, na diminuição da qualidade do pescado para venda, na diminuição do tempo dedicado à pesca, no aumento dos gastos com medicamentos bem como redução na expectativa de vida, tais como: contaminação do pescado, maré vermelha, poluição do ar e do mar.

Os padrões observados entre os diferentes gêneros podem ser parcialmente explicados pelos diferentes papéis sociais que homens e mulheres detêm nas sociedades de pescadores. De maneira geral, os homens se dedicam frequentemente às atividades de pesca, em suas mais variadas formas quanto ao uso de petrechos e diferentes ambientes manejados, preocupando-se com a capacidade de prover alimentos, mas também de comercialização dos excedentes da produção pesqueira para aumentar a renda da família, além da manutenção das embarcações e redes de pesca. As mulheres, ao contrário, dedicam-se à mariscagem explorando, sobretudo, os recursos animais dos manguezais. Dedicam-se aos cuidados com a casa e com os filhos, são elas que fazem o cálculo das provisões de alimentos, remédios e roupas para a família. Desse modo, as mulheres, de maneira geral, preocupam-se mais com a saúde e a segurança alimentar, embora também busquem obter excedentes para comercialização.

Considerações finais

A percepção das comunidades de pescadores artesanais indica que a Baía de Todos os Santos encontra-se impactada pela ação de fatores e processos tais com: a especulação imobiliária, expansão urbana, turismo, atividades industriais, sobretudo a indústria petroquímica, dentre outros, onde as ações estrategicamente pensadas pelo mercado, aparecem como “não” intencionais, ou na maior parte das vezes como “possibilidades” de melhoria das condições de vida destas populações (geradoras de emprego, renda e qualidade de vida).

Esses impactos interferem na percepção das comunidades em relação aos riscos ambientais na baía, essa percepção, portanto, é produto de diferentes fatores culturais, sociais, econômicos e institucionais, tais como: proximidade de fontes poluentes; b) frequência de desastres ambientais, c) interferência das ameaças nas atividades de pesca, de maneira direta (quando atingem as áreas de pesca ou os recursos pesqueiros) ou indiretamente (quando atingem os petrechos de pesca e a saúde dos pescadores); e) distinção entre gêneros (homens e mulheres apresentam percepções similares sobre os riscos ambientais, mas há diferenças relacionadas ao seu papel social); f) fatores institucionais (frequência e qualidade da atuação dos órgãos públicos nas comunidades).

Mudanças na percepção de riscos ambientais, necessárias para a redução do medo, da insegurança em relação ao futuro, na capacidade de produzir alimentos, de gerar renda para sustentar a família bem como de manter a saúde individual e da família, só serão possíveis através de ações interinstitucionais articuladas (Estado-empresas e sociedade civil organizada), que ao mesmo tempo: promovam a capacidade dessas comunidades se reproduzirem sócio-culturalmente assim como melhorem efetivamente a qualidade ambiental de seus territórios. Nesse sentido, a questão da gestão ambiental pública, referente à atuação dos órgãos estatais e federais, depende na perspectiva das próprias comunidades, de uma mudança significativa na frequência de atuação das instituições na região bem como na qualidade dessa atuação.

No entanto, o Estado não reconhece muitos desses riscos como objetivos, potenciais ou reais, por diversas razões: porque não está disposto a mudar um modelo de desenvolvimento baseado na industrialização de amplos espaços que competem com a pesca tradicional; porque apesar de existir legislação pertinente ao tema, as instituições tendem a ceder às pressões do Capital comprometido com esse modelo de desenvolvimento, por outro lado, também porque desconhece e desvaloriza os conhecimentos e experiências dos pescadores artesanais da BTS sobre a dinâmica do ambiente, que têm sido acumulados, recriados e adaptados por gerações sucessivas.

Além disso, alguns dos riscos percebidos pelas comunidades pesqueiras podem não ser objetivos, verificáveis, no sentido naturalístico, probabilístico do termo, mas definitivamente os deixa intranquilos, inseguros e com medo em relação a possíveis desastres e doenças, então desde sua racionalidade, esses riscos são sim objetivos ou potenciais e não desprezáveis.

Referências

ADEOLA, Francis O. Nativity and environmental risk perception: an empirical study of native-born and foreign-born residents of the USA. **Human Ecology**, New York, v. 14, n. 1, 2007.

BANDEIRA, F. P. et al. **Estudo etnoecológico sobre a percepção das populações ribeirinhas dos riscos e impactos ambientais na Baía de Todos-os-Santos (BTS)** / Fábio Pedro S. de F. Bandeira (org.). – Salvador: Instituto do Meio Ambiente, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; EGBA, 2009. 137 p. : il. *No prelo*

BRANDÃO, M de A. Os Vários Recôncavos e seus Riscos. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, Salvador, vol. 1, n. 1, p. 53-56, 2007.

BRITO, R. R. C. de. A gestão da Baía de Todos os Santos. **Bahia Análise & Dados, Salvador**, v.11, n.2, p.98-100, 2001.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1997. 225 p.

CASTRO, C.M, Peixoto, M.N.O & Rio, G.A.P. Riscos ambientais e geografia: conceituações, abordagens e escalas. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, Rio de Janeiro, V.28-2, p.11-30, 2005.

COPQUE, A. C. da S. M. **Análise dos conflitos ambientais e uso do território na costa leste do município de Salinas das Margaridas, BA**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental e Urbana) - Escola Politécnica, UFBA. Salvador, 2010.

DELICADO, Ana; GONÇALVES, Maria Eduarda. Os portugueses e os novos riscos: resultados de um inquérito. **Análise Social**, Lisboa, vol. 42, n. 184, p. 687-718, 2007.

MARANDOLA JR.; Eduardo ; HOGAN, Daniel J. O risco em perspectiva: tendências e abordagens. **Geosul**, Florianópolis, n. 38, p. 23-58, 2004.

MATTEDI, Marcos Antônio; BUTZKE, Ivani Cristina. A Relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, Ano 4, n. 9, p. 93-114, 2001.

NAVARRO, Marli B. M. de Albuquerque; CARDOSO, Telma Abdalla de Oliveira. Percepção de risco e cognição: Reflexões sobre a sociedade de risco. **Ciências & Cognição**. Rio de Janeiro, vol. 6, n. 2, p. 67-72, 2005.

SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 59-100. Texto original de 1959.

PEIXOTO, J. A. S. **Baia de Todos os Santos: Vulnerabilidades e Ameaças.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental e Urbana) - Escola Politécnica, UFBA. Salvador, 2008.

SJÖBERG, L. World views, political attitudes and risk perception. **Health, Safety & Environment**, Sydney, vol. 137, p. 137-152, 1998.

SLOVIC, P. Perception of risk. **Science**, New York, vol. 236, p. 280-285, 1987.

WELLER, S. C.; ROMNEY, A. K. **Systematic data collection.** Qualitative Research Methods, vol 10. University of California: SAGE publications, 1998. 96p.